



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS



EDITAL
CONCORRÊNCIA 01/2017

PROCESSO: 23343.003309.2017-22

IFSULDEMINAS – CAMPUS AVANÇADO CARMO DE MINAS – UASG: 158137

PREÂMBULO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, neste ato denominado IFSULDEMINAS, torna público para conhecimento dos interessados que a Comissão Especial de Licitação, designada pela Portaria nº 1.319, de 18 de setembro de 2017, que na data, horário e local indicados realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, conforme descrição contida neste edital e seus anexos.

O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 8.666/1993, à Lei Complementar nº 123/2006, à Instrução Normativa SLTI/MPOG 2/2010, ao Decreto 8.538/2015, Lei 8.987/1995, Lei 9.074/1995, Lei nº 9.636/1998, regulamentada pelo Decreto nº 3.725/2001, demais legislações correlatas e as exigências previstas neste edital e seus anexos.

A participação neste certame é para empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

DAS DATAS PARA ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA:

Entrega dos Envelopes:	Até às 10 horas do dia 26/12/2017. (horário de Brasília)
Abertura dos Envelopes:	Dia 26/12/2017 a partir das 10 horas. (horário de Brasília)
Endereço da Sessão Pública:	Sala do Setor de Compras e Licitações do Campus Avançado Carmo de Minas, situado na Alameda Murilo Eugênio Rubião, s/n, Bairro Chacrinha, CEP: 37.472-000, Carmo de Minas/MG.

DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é a contratação de pessoa jurídica especializada no ramo de serviços de alimentação coletiva para produção e fornecimento, com equipamentos próprios, incluindo todas as etapas de produção e distribuição de almoço, servidos em recipientes descartáveis tipo marmitex, café da manhã, café da tarde e lanche da noite, associados à concessão onerosa de uso de área em espaço físico de 131 m², destinado à instalação da cantina no Campus Avançado Carmo de Minas, situado à **Alameda Murilo Eugênio Rubião, s/n, Bairro Chacrinha, CEP: 37.472-000, Carmo de Minas/MG.**

1.2. Os alimentos constantes no Objeto terão o preço fixo unitário máximo de:

- R\$ 7,83 (sete reais e oitenta e três centavos) – (almoço), por refeição;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS



- R\$ 2,83 (dois reais e oitenta e três centavos) – (café da manhã), por refeição;
 - R\$ 2,97 (dois reais e noventa e sete centavos) – (café da tarde), por refeição;
 - R\$ 4,00 (quatro reais) – (lanche da noite), por refeição;
- 1.3.** Sessão onerosa de espaço público de 131 m², destinado à exploração da atividade de Cantina/lanchonete, com fornecimento de alimentação.
- 1.4. Objetos Específicos:**
- 1.4.1. Oferecer cardápios diversificados, conforme relação de itens não exaustiva constante no Anexo I – Projeto Básico.
 - 1.4.2. Produzir e/ou comercializar alimentos isentos de riscos de enfermidades de origem alimentar de qualquer natureza.
- 1.5.** O Objeto inclui o fornecimento de:
- 1.5.1. Gêneros e produtos alimentícios e bebidas não alcoólicas;
 - 1.5.2. Materiais de consumo em geral, utensílios, descartáveis, materiais de higiene e limpeza, entre outros necessários para a perfeita execução dos serviços;
 - 1.5.3. Mão de obra especializada, pessoal técnico, operacional e administrativo, capacitados e em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas, bem como, se for o caso, veículo para transporte dos alimentos até o local a ser atendido, compatível com a quantidade contratada, observadas as normas vigentes de vigilância sanitária conforme Anexo I – Projeto Básico.
 - 1.5.4. Equipamentos, utensílios e mobiliários de cozinha e refeitório em quantidades adequadas e suficientes para o pleno funcionamento das atividades do serviço de Cantina/lanchonete.
- 1.6.** O Objeto desta prestação de serviço deverá atender às legislações pertinentes, suas alterações, e demais normas aplicáveis ao objeto:
- 1.6.1. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. Portaria 1.428, de 26/11/93. Regulamento Técnico sobre Inspeção Sanitária, Boas Práticas de Produção e/ou Prestação de Serviços e Padrão de Identidade e Qualidade na área de alimentos;
 - 1.6.2. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC n. 275, de 21/10/02. Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos estabelecimentos de Alimentos e a lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos produtores de alimentos. Brasília, DF. DOU de 23/10/2002;
 - 1.6.3. Ministério de Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC 216, de 15 de Setembro de 2004. Dispõe sobre regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Brasília, DF. DOU de 16/06/2004.
 - 1.6.4. Corpo de bombeiros.
 - 1.6.5. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14701. Transporte de Produtos Alimentícios Refrigerados – Procedimentos e Critérios de Temperatura. Maio de 2001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS



DOS ANEXOS

1.7. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 1.7.1. Anexo I – Projeto Básico;
- 1.7.2. Anexo II – Modelo de declaração de disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico;
- 1.7.3. Anexo III – Modelo de declaração de vistoria;
- 1.7.4. Anexo IV – Modelo de declaração de ciência dos serviços;
- 1.7.5. Anexo V – Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
- 1.7.6. Anexo VI – Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99);
- 1.7.7. Anexo VII – Modelo de declaração de Elaboração Independente de Proposta, de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- 1.7.8. Anexo VIII – Modelo de Declaração de tratamento favorecido ME/EPP;
- 1.7.9. Anexo IX – Modelo de declaração de responsabilidade de qualificação dos membros da equipe técnica;
- 1.7.10. Anexo X – Modelo de proposta;
- 1.7.11. Anexo XI – Minuta do Contrato;
- 1.7.12. Anexo XII – Croqui Cantina;
- 1.7.13. Anexo XIII – Relação de equipamentos;
- 1.7.14. Anexo XIV – Modelo de Declaração do Fornecedor de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1.8. Poderão participar desta licitação os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, que estiverem previamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**.

1.9. Também poderão participar quaisquer outros interessados pertencentes ao ramo de atividade que, embora não cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, atendam a todas as condições exigidas para cadastramento, até o recebimento das propostas, desde que também atendam a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

1.10. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

- 1.10.1. Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;
- 1.10.2. Em dissolução ou em liquidação;
- 1.10.3. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;
- 1.10.4. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, nos termos do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS



- artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e decretos regulamentadores;
- 1.10.5. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 1.10.6. Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 1.10.7. Estrangeiras que não funcionem no País;
- 1.10.8. Que estejam reunidas em consórcio;
- 1.10.9. Que se enquadrem em quaisquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 1.11. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

DA JUSTIFICATIVA DO IMPEDIMENTO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS

- 1.12. Considerando que o serviço resultante do objeto desta licitação não é de execução complexa, provavelmente várias empresas não necessitarão se consorciar com outras para serem capazes de fornecer o objeto. Portanto, a reunião de empresas em consórcio foi impedida a fim de promover a competitividade.
- 1.13. É vedada a reunião sob forma de consórcio, sob a justificativa de promover a maior competitividade do certame e, portanto, a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração Pública. Ressalte-se não ser serviço de execução complexa, o que permite que diversas empresas se candidatem.

DO CREDENCIAMENTO

- 1.14. O licitante, ou o seu representante, deverá, preferencialmente, na mesma ocasião da entrega de seus envelopes, apresentar-se à Comissão Especial de Licitação para efetuar seu credenciamento como participante desta licitação, munido de seu documento oficial com foto (carteira de identidade, Carteira Nacional de Habilitação, Passaporte, Carteira de Trabalho – CTPS, entre outros) e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante os procedimentos relativos a este certame (Procuração Pública ou Particular ou Carta de Credenciamento ou Contrato Social).
- 1.14.1. A Declaração de aptidão para usufruir o tratamento favorecido de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP) poderá ser entregue juntamente com o Credenciamento da Empresa ou juntado no Envelope 1 – Proposta de Preços.
- 1.14.1.1. A omissão deste documento no Credenciamento ou na Proposta de Preços (Envelope 1), impedirá a empresa de usufruir os benefícios definidos na Lei Complementar nº 123/2006.
- 1.14.2. O credenciamento poderá ser efetuado durante a sessão pública, antes de quaisquer manifestações em nome do licitante a ser representado.
- 1.14.3. A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação do licitante no presente certame, porém impedirá o interessado de manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão, em nome do licitante.
- 1.15. Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS



termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.

- 1.15.1. O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual devem ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.
- 1.15.2. O instrumento de procuração pública, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os atos inerentes ao certame, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.
- 1.16. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante. Aquele que já tiver, na sessão pública, manifestado em nome de um licitante, não poderá mais optar por representar outro, nesta mesma sessão.
- 1.17. Os documentos exigidos nesta licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão de Licitação ou publicação em órgão da imprensa oficial.

DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO DE PROPOSTA E DE HABILITAÇÃO

- 1.18. Cada licitante deverá apresentar dois envelopes de documentos, um contendo a proposta de preços da oferta (Envelope 1) e os documentos de habilitação. Não será recebido qualquer um dos envelopes mencionados, isoladamente.
- 1.19. A fim de evitar riscos quanto a eventuais polêmicas sobre a entrega tempestiva dos envelopes, não será permitido o encaminhamento de envelopes por via postal, mas serão recebidos pela Comissão de Licitação, mediante recibo, aqueles entregues por qualquer pessoa, desde que apresente seu documento de identidade.
- 1.20. Se por ventura mais de um conjunto de envelopes de um mesmo licitante for entregue à Comissão de Licitação, terá preferência, para efeito de participação no certame, aquele apresentado por representante devidamente credenciado; se mais de um par de envelopes do mesmo licitante tiver sido entregue dessa forma, terá preferência aquele apresentado por último, tempestivamente.
 - 1.20.1. Os envelopes deverão ser entregues somente no Setor de Compras e Licitações do Campus Avançado Carmo de Minas, situado na Alameda Murilo Eugênio Rubião, s/n, Bairro Chacrinha, CEP: 37.472-000, Carmo de Minas/MG. A Comissão de Licitação não se responsabilizará pelos envelopes entregues em quaisquer outras repartições diferentes do setor acima mencionado, inclusive aqueles entregues a recepcionistas do órgão.
 - 1.20.2. Serão recebidos envelopes apresentados após o momento definido previamente no preâmbulo deste edital, somente se o responsável por entregá-los apresentar-se para tanto, no Setor de Compras e Licitações, até o horário limite determinado, e estiver aguardando a disponibilidade da Comissão de Licitação para atendê-lo.
 - 1.20.2.1. Depois de ultrapassado esse horário, exceto na situação acima, nenhum outro será recebido, tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS



apresentadas.

- 1.21.** Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta com o valor ofertado deverão ser entregues em envelopes distintos, fechados e lacrados, contendo em suas partes externas e frontais os seguintes dizeres:

ENVELOPE 1 – PROPOSTA DE PREÇO
IFSULDEMINAS – CAMPUS AVANÇADO CARMO DE MINAS
CONCORRÊNCIA 01/2017
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE <preencher com a razão social do licitante>
CNPJ <preencher com o CNPJ do licitante>

ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
IFSULDEMINAS – CAMPUS AVANÇADO CARMO DE MINAS
CONCORRÊNCIA 01/2017
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE <preencher com a razão social do licitante>
CNPJ <preencher com o CNPJ do licitante>

- 1.21.1. Divergências dos dizeres nas partes externas dos envelopes em relação à forma acima indicada não serão impedimento para participação no certame, desde que não deixem dúvidas quanto: à descrição do conteúdo dos envelopes, à licitação a que se refere e ao licitante.

- 1.22.** Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.

DA PROPOSTA DO VALOR OFERTADO (ENVELOPE 1)

- 1.23.** A proposta poderá ser feita conforme modelo anexo a este edital, devendo ser emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricada em todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, e deverá conter ainda as seguintes características:

- 1.23.1. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico;

- 1.23.2. Valor ofertado, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional, não superior preço fixo máximo, constantes no Projeto Básico.

- 1.23.2.1. No valor ofertado deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação do objeto;

- 1.23.3. Prazo de validade da proposta não inferior a cento e oitenta dias, a contar da data de abertura do certame.

- 1.24.** A Declaração de aptidão para usufruir o tratamento favorecido de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP) poderá ser entregue



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS



juntamento com o Credenciamento da Empresa ou juntado no Envelope 1 – Proposta de Preços.

- 1.24.1. A omissão deste documento no Credenciamento ou na Proposta de Preços (Envelope 1), impedirá a empresa de usufruir os benefícios definidos na Lei Complementar nº 123/2006.
- 1.25.** Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.
- 1.25.1. Se o prazo de validade estiver ausente na proposta, será considerado o de 180 (cento e oitenta) dias; se prazo inferior a esse vier explícito na proposta, ela será desclassificada;
- 1.25.2. O prazo para início dos serviços deverá constar na proposta e será de, no máximo 15 (quinze) dias úteis do conhecimento da Ordem de Serviço;
- 1.26.** Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE 2)

- 1.27.** Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados, exceto aqueles abrangidos em seu cadastro no SICAF, em situação regular, validados e atualizados:

1.27.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

- 1.27.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 1.27.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.27.1.2.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 1.27.1.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- 1.27.1.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;
- 1.27.1.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização e demais documentos equivalentes àqueles das



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS



empresas brasileiras;

1.27.2. Relativos à Qualificação Técnica:

- 1.27.2.1. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal considerados essenciais para a execução contratual, conforme modelo Anexo II.
- 1.27.2.2. Comprovação da licitante de possuir atestado ou declaração de responsabilidade técnica expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente ao objeto da presente licitação.
- 1.27.2.3. Comprovação da licitante de possuir em seu quadro permanente, na data da abertura das propostas, profissional de nível superior reconhecido pelo Conselho Regional de Nutricionistas.
- 1.27.2.4. A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), ou da ficha de registro de empregado, ou ainda do contrato de prestação de serviços ou outro documento de mesmo valor probatório.
- 1.27.2.5. É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma empresa proponente, fato este que inabilitará as empresas envolvidas.
- 1.27.2.6. Declaração indicando o nome, CPF, nº do registro na entidade profissional competente, do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta concorrência, conforme modelo no Anexo IX-A;
- 1.27.2.7. Apresentar declaração indicando o nome, CPF e nº do registro no Conselho Regional de Nutricionistas do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta concorrência.

1.27.3. Relativa à Qualificação Econômico-Financeira:

- 1.27.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida até 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação;
- 1.27.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

a.1) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS



demonstrações contábeis assim apresentados:

- a.1.1)** sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima) com as devidas alterações;
- a.1.2)** publicados em Diário Oficial; ou
- a.1.3)** publicados em jornal de grande circulação; ou
- a.1.4)** por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- a.1.5)** sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
- a.1.6)** por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou
- a.1.7)** por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- a.1.8)** sociedade criada no exercício em curso:
- a.1.9)** fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- b)** o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- c)** a boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

- c.1)** as fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;
- c.1.1)** caso o memorial não seja apresentado, a Comissão reserva-se o direito de efetuar os cálculos;
- c.2)** se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente;

1.27.4. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 1.27.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- 1.27.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal vigente, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS



atividade e compatível com o objeto contratual;

- 1.27.4.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 1.27.4.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- 1.27.4.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
 - 1.27.4.5.1. Caso a certidão municipal não informe sua data de validade, o licitante deverá apresentar, juntamente a essa, no Envelope 1, outro documento hábil que comprove a plena validade de tal certidão.
- 1.27.4.6. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, mediante certidão negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros;
- 1.27.4.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;
- 1.27.4.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

1.27.5. Documentos complementares:

- 1.27.5.1. Declaração de futura disponibilidade de aparelhamento, instalações e pessoal de acordo com o Anexo II do edital;
- 1.27.5.2. Declaração de Vistoria, assinado pelo representante do IFSULDEMINAS de acordo com o Anexo III deste edital, ou Declaração formal de pleno conhecimento das condições e peculiaridades da concessão;
- 1.27.5.3. Declaração de ciência e aceitação das condições do Edital. Conforme Anexo IV do edital;
- 1.27.5.4. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este edital (artigo 32, §2º, da Lei nº 8.666, de 1993). Conforme Anexo V do edital;
- 1.27.5.5. Declaração de que a empresa não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002, conforme modelo anexo a este edital, conforme Anexo VI;
- 1.27.5.6. Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme modelo anexo ao edital, conforme Anexo VII.
- 1.27.5.7. Declaração do Fornecedor de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado, conforme Anexo XIV.

1.28. O licitante que já estiver cadastrado no SICAF, em situação regular, ficará



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS



dispensado de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro, desde que estejam validados e atualizados.

- 1.28.1. A verificação se dará mediante consulta online, quando da abertura dos envelopes, devendo o resultado ser impresso, assinado pelos membros da Comissão e por todos os representantes dos licitantes presentes, e anexado ao processo.
- 1.28.2. Na hipótese de algum documento que já conste do SICAF estar com o seu prazo de validade vencido, a Comissão verificará se o documento válido correspondente consta do envelope de habilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.
- 1.29. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.
- 1.30. Os documentos poderão ser autenticados pela Comissão Especial de Licitação, a partir do original, até 24 horas antes da abertura dos envelopes documentação;
- 1.31. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmos autenticados.
- 1.32. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos exigidos neste edital e seus anexos, exceto no caso de o licitante não estiver regular no SICAF e comprovar, exclusivamente, mediante apresentação do formulário de Recibo de Solicitação de Serviço – RSS, a entrega da documentação pendente à sua Unidade Cadastradora, no prazo regulamentar, situação em que a sessão pública será suspensa para proceder diligência, na forma estabelecida no § 3º do artigo 43 da Lei 8.666/1993.
- 1.33. A ausência de quaisquer documentos de apresentação obrigatória no Envelope 2, implica considerar o licitante inabilitado no certame.

DA VISITA TÉCNICA

- 1.34. Poderá ser realizada visita técnica, podendo ser realizada até o antepenúltimo dia útil anterior à data da abertura das propostas.
- 1.35. A visita técnica deverá ser agendada através do telefone (35) 3334-4554 ou (35) 9 9216-4324, e-mail dap.carmodeminas@ifsuldeminas.edu.br ou pessoalmente no Campus localizado na Alameda Murilo Eugênio Rubião, s/n, Bairro Chacrinha, CEP: 37.472-000, Carmo de Minas/MG, no horário de 9h às 11h30 e de 14h às 16h30, e realizada por representantes credenciados pelas empresas interessadas, visando informações sobre as condições que possam afetar os custos e o andamento dos serviços, não se responsabilizando a CONCEDENTE por qualquer fato que impossibilite o agendamento desta visita. A visita técnica tem, também, a finalidade de esclarecer dúvidas das empresas interessadas em participar do certame licitatório e para fins de conhecimento do local, para os quais está se contratando o objeto da licitação;
- 1.36. A empresa licitante deverá ter pleno conhecimento dos requisitos, termos e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS



condições do edital e seus anexos, bem como do local onde serão executados os serviços objeto desta licitação, não podendo invocar desconhecimento como fator impeditivo da correta formulação das propostas;

- 1.37.** Os representantes legais da empresa deverão portar a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente. Não será permitido que um mesmo preposto represente mais de uma empresa.
- 1.38.** No caso da empresa optar em não fazer a vistoria, ela deverá emitir uma declaração formal de pleno conhecimento das condições e peculiaridades da concessão.

DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

- 1.39.** De acordo com o art. 18-A da Lei nº 8.987/1995 (Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências), ocorrerá a inversão as fases de habilitação e julgamento das propostas, em que será realizada inicialmente a abertura dos envelopes da proposta e posterior classificação e julgamento das propostas mais vantajosas pela administração e aberto a documentação de habilitação somente do fornecedor com a melhor proposta, conforme inciso I do art. 18-A da Lei nº 8.987/1995.
- 1.40.** No dia, horário e local designados neste edital, em ato público, a Comissão Especial de Licitação, de posse dos Envelopes 1 e 2, procederá à abertura da Sessão Pública da licitação.
- 1.40.1.** Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitidas atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.
- 1.41.** A seguir, serão identificados os licitantes e abertos o Envelope 1 – Proposta de preços com a oferta dos licitantes credenciados.
- 1.42.** O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes devidamente credenciados.
- 1.43.** As propostas com a oferta dos licitantes serão então julgadas, conforme item próprio deste edital, em que a proposta mais vantajosa para administração, será o menor valor global do Grupo, ou seja, a soma dos itens 1 ao 4.
- 1.43.1.** O valor do pagamento da concessão está definido no item 10 do Anexo I – Projeto Básico e 1.69. e 1.70. do Edital e não será objeto de classificação das propostas.
- 1.44.** Após o procedimento de julgamento e classificação das propostas, o Envelope 2 – Documento de Habilitação da empresa melhor classificada poderá ser aberto, na mesma sessão, a critério da Comissão de Licitação, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.
- 1.44.1.** Ultrapassada a fase de julgamento e classificação das propostas e aberto a documentação de habilitação, não cabe desclassificar o licitante por motivo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS



relacionado com a proposta, salvo em razão de fatos superveniente ou só conhecidos após o ato.

1.45. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1.45.1.1. Declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Níveis I, II, III, IV e VI), sendo que as certidões com restrições podem ser supridas pelo envio da documentação correspondente durante a sessão pública (<https://www3.comprasnet.gov.br/SICAFWeb/index.jsf>);

1.45.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

1.45.1.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, de acordo com a Lei 12.440, de 2011, (www.tst.jus.br/certidao);

1.45.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

1.45.1.5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (<https://contas.tcu.gov.br/pls/apex/f?p=2046:5>).

1.45.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

1.45.3. Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

1.46. Não ocorrendo inabilitação na situação acima, a documentação de habilitação do licitante então será verificada, conforme item próprio deste edital.

1.47. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes.

1.47.1. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a se reunir, informando os licitantes.

1.47.1.1. Na hipótese acima, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes 1 – Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.

1.48. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação e desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, a Administração poderá encaminhar o processo para homologação e adjudicação da autoridade competente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS



- 1.48.1. Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, será aberto o prazo recursal e os Envelopes 2 – Documentos de Habilitação das demais empresas serão mantidos invioláveis até a posterior abertura, se for o caso.
- 1.49. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.
- 1.50. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes dos licitantes presentes.

DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 1.51. O critério de julgamento será o do tipo “menor preço” vencendo a proposta que oferecer **MENOR PREÇO NO SOMATÓRIO DAS REFEIÇÕES DO TIPO ALMOÇO, CAFÉ DA MANHÃ, CAFÉ DA TARDE E LANCHE DA NOITE**, sendo o preço máximo de R\$ 7,83 (sete reais e oitenta e três centavos) por almoço, por refeição, R\$ 2,83 (dois reais e oitenta e três centavos) por café da manhã, por refeição e R\$ 2,97 (dois reais e noventa e sete centavos) por café da tarde, por refeição; e R\$ 4,00 (quatro reais) por lanche da noite, por refeição.
- 1.52. Será desclassificada a proposta que:
- 1.52.1. Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
 - 1.52.2. Estiver em desacordo com qualquer das exigências do presente edital;
 - 1.52.3. Não apresentar as especificações técnicas exigidas pelo Projeto Básico;
 - 1.52.4. Apresentar valor da oferta superior àquele definido pela administração;
 - 1.52.5. Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;
- 1.53. Em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 1.54. Após a eventual desclassificação das propostas que não atenderem às exigências dos itens acima, as demais propostas serão classificadas em ordem crescente dos preços propostos.
- 1.55. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, dentro da Sessão Pública.
- 1.55.1. O sorteio será feito através da aposição em cédulas dos nomes dos licitantes empatados, sendo que ditas cédulas deverão ser colocadas em um recipiente, tipo caixa, misturadas, do qual será retirada apenas uma das cédulas, sendo esta a primeira classificada, e assim se retirando as cédulas sucessivamente, até que se classifiquem todos os licitantes então empatados.



DO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 1.56.** Será considerado inabilitado o licitante que:
- 1.56.1. Não apresentar os documentos exigidos neste edital no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ou não comprovar sua habilitação por meio do SICAF, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte.
 - 1.56.2. Incluir a proposta de preços com a oferta de valor no Envelope 2.
- 1.57.** A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.
- 1.58.** Após análise da documentação de habilitação, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme disposição na Lei Complementar 123/2006
- 1.58.1. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 1.59.** A intimação do resultado final da licitação será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

- 1.60.** Após o regular decurso da fase recursal, o processo licitatório será submetido à autoridade competente para que se proceda à devida homologação e consequente adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

DO CONTRATO

- 1.61.** Após a homologação e adjudicação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.
- 1.61.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela administração.
- 1.62.** Antes da assinatura do contrato, o contratante realizará consulta online ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3º, § 1º, da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS



IN SLTI/MPOG nº 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

- 1.63.** É facultado à administração, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista neste edital.
- 1.64.** O contratado deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 1.65.** Correrão por conta do contratado quaisquer despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o contrato.
- 1.66.** O prazo de vigência do contrato, que coincidirá com o período da concessão, será de 24 (vinte e quatro) meses, a partir de sua publicação no DOU, prorrogável por igual período, mediante ajuste entre as partes interessadas;
- 1.66.1.** O prazo para início do funcionamento do restaurante e lanchonete será de quinze dias úteis, contado a partir do conhecimento, por parte da CONTRATADA, da Ordem de Serviço, documento equivalente ou qualquer outra forma de aviso formal; em razão de possível atraso no início das atividades da CONCEDENTE no endereço informado no item 1.1 do Projeto Básico, devido ao início das atividades anuais e início das aulas e demais serviços pedagógicos administrativos, a partir de quando a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir todas as determinações deste edital e anexos;
- 1.67.** As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de contrato, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

DA SUBCONTRATAÇÃO

- 1.68.** É vedada a subcontratação para execução das atividades destinadas ao imóvel, objeto desta concessão.

DO VALOR DA CONCESSÃO

- 1.69.** O valor mensal a ser pago pela CONTRATADA pelo uso do espaço público decorrente da concessão onerosa de imóvel do IFSULDEMINAS – Campus Avançado Carmo de Minas, mencionado no Projeto Básico (considerando avaliação técnica feita por corretor do município) será de R\$ 300,00 (trezentos reais) referente a cessão do espaço. Será exigido o valor de R\$ 25,88 (vinte e cinco reais) a título de ressarcimento das despesas com água e energia elétrica, sendo esse valor obtido, considerando a proporcionalidade entre o total de área construído e o total de área do espaço cedido. Para fins de cálculos foi considerada a média das 3 (três) últimas faturas enviadas ao Campus pelas concessionárias de água e de energia elétrica.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS



- 1.70. Os preços dos produtos ofertados na lanchonete não poderão ser superiores aos de igual qualidade, praticados no mercado da região da cidade onde será instalada a lanchonete/restaurante, objeto desta concessão de uso.

DO REAJUSTAMENTO E REVISÃO

- 1.71. O valor da concessão poderá ser ajustado e corrigido anualmente, de acordo com o IGPM (FGV) e na falta deste, pelo INPC (IBGE), ou, outro índice substitutivo.
- 1.72. O valor mensal também poderá ser reajustado sempre que houver prorrogação contratual, nas mesmas condições especificadas no subitem anterior.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE E DA CONCESSIONÁRIA

- 1.73. As obrigações do concedente e da concessionária são as estabelecidas no Projeto Básico e na minuta do contrato, bem como neste edital, seus anexos e na proposta apresentada.

DO PAGAMENTO DA CONCESSÃO

- 1.74. A CONCESSIONÁRIA efetuará, mensalmente, o recolhimento do valor correspondente à concessão de uso, através de Conta Única da União, até o décimo dia do mês subsequente ao uso, sendo de sua responsabilidade gerar a Guia de Recolhimento da União – GRU para a Unidade Gestora promotora desta Licitação, com código de recolhimento adequado ao objeto licitado, devendo apresentá-la quitada ao setor de finanças do IFSULDEMINAS - Campus Avançado Carmo de Minas ou ao fiscal do contrato, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao mês de referência;
- 1.75. O pagamento devido pela CONCESSIONÁRIA, quando se referir a fração de mês, será o valor mensal contratado, dividido por trinta e multiplicado pela quantidade de dias que a concessão esteve em vigor;
- 1.76. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o concedente não tenha concorrido de alguma forma para tanto, a concessionária deverá pagar a taxa de encargos moratórios devida, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

DO PAGAMENTO DAS REFEIÇÕES

- 1.77. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento definitivo, atestado, este, na Nota Fiscal correspondente e encaminhado ao setor financeiro.
- 1.77.1. Caso a parcela não atingir o valor determinado na legislação, o prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis, de acordo com o § 3º do art. 5º da Lei 8.666/93: *“Observados o disposto no caput, os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, sem prejuízo do que dispõe seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.”*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS



- 1.78.** O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.
- 1.78.1.** O “atesto” será condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com o objeto do contrato e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
- 1.79.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 1.80.** Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta on-line ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
- 1.81.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e da Lei nº 9.430, de 1996.
- 1.81.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 1.82.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- 1.83.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 1.84.** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 1.85.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data-limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I	(6 / 100)
	365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS



pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

DA FISCALIZAÇÃO

- 1.86.** A execução das atividades no imóvel desta concessão será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante do concedente, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 8.666, de 1993, conforme detalhado no Projeto Básico.
- 1.87.** O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da concessionária e nem confere ao concedente responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços decorrentes desta concessão.
- 1.88.** As determinações e as solicitações formuladas pelo representante do concedente encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela concessionária, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 1.89.** Conforme artigo 81 da Lei 8.666/1993, a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;
- 1.90.** O não cumprimento das obrigações contratuais pela concessionária ensejará a aplicação das penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/1993, a saber:
- 1.90.1. Advertência, em caso de falta(s) leve(s) que não acarretem prejuízos de monta ao interesse da Instituição, a qual, a despeito delas, será atendida. Em caso de falta que venha inviabilizar a execução do contrato, a advertência poderá culminar com a rescisão do contrato;
- 1.90.2. Multa moratória pelo atraso no início das atividades de lanchonete/restaurante correspondente a 1%(um) por cento sobre o valor do aluguel, por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias. Transcorrido esse prazo sem que a concessionária tenha iniciado as atividades ficará caracterizada a inexecução do contrato, ensejando sua rescisão.
- 1.90.3. Multa moratória pelo atraso no pagamento do aluguel correspondente a 1% (um) por cento sobre o valor do aluguel, por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias. Constatada a inadimplência além desse prazo ficará caracterizada a inexecução do contrato, ensejando sua rescisão.
- 1.90.4. Multa moratória pelo atraso na apresentação do comprovante do pagamento do aluguel correspondente a 0,1 % (zero vírgula um) por cento sobre o valor do aluguel, por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, desde que posteriormente fique constatado que o pagamento, pela concessionária, foi efetuado anteriormente ao prazo previamente definido para apresentação de tal comprovante.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS



- 1.90.5. Multa compensatória correspondente a 10% (dez) por cento do valor referente à soma dos aluguéis do período de concessão não cumprido, quando da rescisão contratual decorrente de descumprimento de obrigações pela concessionária.
- 1.90.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 2 (dois) anos, quando do acometimento de infração capaz de deixar pendente, total ou parcialmente, o contrato acordado, inviabilizando sua execução, com prejuízos ao interesse da Instituição (Inciso III, Art. 87, Lei 8.666/93);
- 1.90.6.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer nº 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota nº 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.218/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
- 1.90.7. Declaração de inidoneidade, em caso de comportamento doloso do contratado, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (Inciso IV, Art. 87, Lei 8.666/93).
- 1.91.** As sanções previstas nos incisos III e IV, do Artigo 87, poderão ser aplicadas à concessionária, em razão dos contratos regidos pela Lei 8.666/1993, incidam nos motivos dos incisos I, II e III, do Art. 88 da Lei 8.666/1993.
- 1.92.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
- 1.92.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- 1.92.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 1.92.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 1.93.** A concessionária responderá por perdas e danos que vier a sofrer a concedente ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da concessionária ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita.
- 1.94.** A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.
- 1.95.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.
- 1.96.** Caso o concedente determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela administração, por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.
- 1.97.** Nas infrações aqui não definidas expressamente, a autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS



caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade. No caso de aplicação multa, o valor não poderá ultrapassar a 10% (**dez por cento**) do valor total do contrato correspondente ao objeto.

1.98. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

1.99. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

DOS RECURSOS

1.100. Dos atos da administração, praticados no curso desta licitação, serão admitidos os seguintes recursos:

1.100.1. Observado o disposto no artigo 109 da Lei n.º 8.666/93, a licitante poderá apresentar recurso ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inhabilitação da licitante ou do julgamento das propostas, anulação ou revogação desta Concorrência.

1.100.2. Para efeito do disposto no § 5º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, ficam os autos desta Concorrência com vista franqueada aos interessados.

1.100.3. Interposto, o recurso será comunicado às demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Findo esse período, impugnado ou não o recurso, a Comissão de Licitação poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar a sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente informado, à autoridade superior sobre a decisão.

1.100.4. Quaisquer argumentos ou subsídios concernentes à defesa da licitante que pretender modificação total ou parcial das decisões da Comissão Especial de Licitação deverão ser apresentados por escrito, exclusivamente, anexando-se ao recurso próprio.

DA SUSTENTABILIDADE

1.101. No que couber, os serviços a serem executados pelo contratado no imóvel objeto desta concessão deverão ser executados de forma a estar inseridos num conceito sistêmico de sustentabilidade, ou seja, a prioridade é a utilização de soluções e técnicas sustentáveis, ecologicamente corretas, sempre que esse uso for justificado pela pertinência dos tipos de material e equipamentos ao contexto da região que eles estão inseridos, de acordo com a Instrução Normativa MPOG nº 1/2010 e suas alterações.

DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

1.102. Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão responsável pela presente licitação, em até três dias úteis anteriores à data de abertura do certame.

1.103. As disposições deste edital poderão ser objeto de impugnação, se violarem



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS



disposições legais, especialmente da Lei nº 8.666, de 1993, nos seguintes termos:

- 1.103.1. Por parte de qualquer cidadão, desde que protocole o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública;
- 1.103.2. Por parte do licitante, desde que protocole o pedido até o segundo dia útil que anteceder a data de abertura da Sessão Pública; do contrário, a comunicação não terá o efeito de recurso.
 - 1.103.2.1. Considera-se licitante, para esse fim, aquele que, na data do pedido de impugnação, comprovar ter atividade pertinente ao objeto desta licitação.
- 1.103.3. A impugnação tempestiva não impede o licitante de participar da licitação até o trânsito em julgado da decisão correspondente.
- 1.104.** Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 1.105.** Tanto os pedidos de esclarecimentos como os de impugnação, poderão ser feitos mediante petição a ser apresentada em uma das seguintes formas:
 - 1.105.1. Digitada ou datilografada, protocolizando o original no Setor de Compras e Licitações, localizado à Alameda Murilo Eugênio Rubião, s/n, Bairro Chacrinha, CEP: 37.472-000, Carmo de Minas/MG, em dia útil, das 9h às 11h30min ou das 14h às 16h30min;
 - 1.105.2. Enviada para o endereço eletrônico licitacao@ifsuldeminas.edu.br
- 1.106.** O IFSULDEMINAS não se responsabilizará por eventuais falhas de ordem técnica no sistema de comunicação que venham impedir o envio e o recebimento dos pedidos de esclarecimentos ou de impugnação no prazo estipulado, quando enviados por e-mail.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.107.** Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o edital e seus anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.
- 1.108.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, e a administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 1.109.** A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.
- 1.110.** Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 1.111.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS



estabelecidos, desde que não haja comunicação contrária da Comissão de Licitação.

- 1.112.** É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 1.113.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à concessão.
- 1.114.** A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.
- 1.115.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na administração.
- 1.116.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 1.117.** As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 1.118.** Todas as peças que compõem o processo são complementares entre si. Assim, qualquer menção formulada em um documento e omitida nos outros, será considerada como especificada e válida. Não será admitida a argumentação de desconhecimento de serviço a ser executado devido sua omissão em algum documento.
- 1.119.** O edital e seus anexos, assim como os demais autos do processo administrativo, permanecerão com vista franqueada aos interessados e poderão ser lidos e/ou obtidos no Setor de Compras e Licitações do IFSULDEMINAS – Campus Avançado de Carmo de Minas, à Alameda Murilo Eugênio Rubião, s/n, Bairro Chacrinha, CEP: 37.472-000, Carmo de Minas/MG, ou no Setor de Licitações da Reitoria do IFSULDEMINAS, situado na Avenida Vicente Simões, 1.111, Nova Pouso Alegre, CEP: 37.553-465, Pouso Alegre/MG, nos dias úteis, das 9h às 11h30min ou das 14h às 16h30min.
- 1.119.1.** O edital também está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br
- 1.120.** Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 1.121.** Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei nº 8.666/1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

DO FORO

- 1.122.** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**



dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Minas Gerais, Subseção Judiciária de Varginha/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Carmo de Minas (MG), 14 de novembro de 2017.

Carla Aparecida de Souza Viana
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Aprovo:

Marcelo Bregagnoli
Reitor